

Desinformação e violência contra jornalistas como violências contra a comunicação: análise de casos entre 2021 e 2022 em São Paulo e no Brasil¹

Disinformation and violence against journalists as violence against communication: analysis of cases between 2021 and 2022 in São Paulo and Brazil

Larissa Gould², Vitor Souza Lima Blotta³

1 Este texto corresponde a uma versão ampliada e revista de trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão durante o 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), realizado de 5 a 9 de setembro de 2022.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (ECA-USP) e integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade (ECA-IEA/USP). Possui graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (2013) e especialização em Mídia, Informação e Cultura pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc-ECA/USP, 2019). E-mail: larissagould@gmail.com.

3 Professor Doutor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Coordena o Grupo de Pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade (ECA-IEA/USP). É também pesquisador associado e vice-coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP). Mestre e doutor pela Faculdade de Direito da USP. E-mail: vitor.blotta@usp.br.

Resumo

Neste artigo, analisamos dados de agressões contra jornalistas em São Paulo e no Brasil, dentro e fora das mídias digitais, e discutimos em que medida elas podem ser vistas como a face mais evidente da desinformação como um fenômeno sistêmico de violência contra a comunicação. Iniciamos com uma breve reflexão sobre a desinformação e como ela viola liberdades, princípios e profissões da comunicação. Em seguida, analisamos quantitativa e qualitativamente os Relatórios de Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, da Fenaj, de 2018 a 2021, com destaque para este último ano, além das denúncias de violências apuradas pelo Sindicato dos Jornalistas do São Paulo entre junho de 2021 e junho de 2022. Os resultados indicam que a desinformação não é a única causa dessa violência, mas revela suas dimensões estruturais, o que exige políticas públicas de comunicação social.

Palavras-chave

Desinformação, comunicação, violência contra jornalistas, Bolsonaro, violência física e digital.

Abstract

In this article we analyse data on violence against journalists in São Paulo and Brazil, inside and outside digital media, and discuss in which sense they can be seen as the most evident trait of disinformation as a systemic phenomena of violence against communication. We begin with a brief reflection on disinformation and how it violates communication freedoms, principles, and professions. Then, we analyse quantitative and qualitatively the Reports on Violence Against Journalists and Freedom of Press in Brasil, from the National Federation of Journalists (Fenaj), between 2018 and 2021, with focus on 2021, aside from the violence reported to the State of São Paulo Journalists' Union between June 2021 and June 2022. The results indicate that disinformation is not the only cause of this violence, though it reveals its structural dimensions, which demands public policies on social communication.

Keywords

Disinformation, communication, violence against journalists, Bolsonaro, physical and digital violence.

Introdução

O aumento das violências contra jornalistas e comunicadores nos últimos quatro anos é uma das faces mais visíveis do fenômeno da desinformação, entendido não somente como casos singulares de mensagens sabidamente falsas e disseminadas com intuito de gerar dano ou ganho econômico (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017), mas como um processo de “desordem informacional” que vem tomando os espaços de informação e comunicação social nos últimos anos e dificultando, senão impedindo, ou tornando severamente arriscado o trabalho de jornalistas, comunicadores e outros profissionais da informação e da comunicação.

Do mesmo modo que em casos de violência contra jornalistas há violações múltiplas de direitos individuais e profissionais (BLOTTA, 2016), a desinformação também viola princípios e direitos básicos da comunicação de interesse público, como os deveres do Estado, de setores da imprensa e da comunicação social de fornecer informação confiável, verificável e obtida corretamente, além do direito à informação dos públicos e os direitos à manifestação do pensamento e de crítica e exigência de transparência do poder. Com isso, podemos entender a desinformação como um processo sistêmico de violência contra a própria comunicação de interesse público, e cuja face mais evidente e cruel é o aumento da violência física e virtual contra jornalistas.

Ao atingir diretamente os profissionais da comunicação, a violência da desinformação também alimenta a descrença e a desconfiança nas instituições de mediação política, responsáveis pela garantia de informação e de comunicação públicas, como a Imprensa, o Estado e, também, as universidades. Não é à toa que tanto a desinformação quanto a desconfiança nessas instituições e as violências contra jornalistas vêm aumentando no mundo todo. Segundo a Freedom House (2022), 2021 é o 16º ano seguido com declínio global nos índices de liberdade, o que inclui liberdade de imprensa e expressão, e, para a Repórteres Sem Fronteiras, a América Latina é a região que mais retrocedeu nos indicadores de liberdade de imprensa, sendo que o Brasil caiu duas posições entre 2018 e 2019, e quatro posições entre 2020 e 2021 (foi do nº 95 ao nº 111 no ranking com 180 países monitorados).

Esse cenário de crescentes violências contra jornalistas e outros profissionais da comunicação, que se soma à precarização e à redução de espaços para trabalho⁴, coincide com o aumento da desinformação nos fluxos de comunicação⁵ e com a presença de governos de extrema direita no Brasil e no mundo.

Para enfrentar essa face mais visível do problema, iniciativas foram lançadas mundo afora. No Brasil, esse trabalho tem sido feito por entidades coletivas ligadas à imprensa, como sindicatos de jornalistas, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), e organizações de monitoramento, promoção e defesa, como a Artigo 19 e o Instituto Vladimir Herzog.

Nosso esforço neste estudo é analisar, com base nessa chave interpretativa da desinformação como violência contra a comunicação, dados sobre violência contra jornalistas de 2022 produzidos pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), e de 2021 pela Fenaj. Para complementar a análise com elementos qualitativos, foram feitas também três entrevistas: com Ana Carolina Haddad, editora de redes sociais do Brasil de Fato; com Solange Santana, freelancer e diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo; e com Leandro Matozo, repórter cinematográfico da GloboNews⁶.

As entrevistas foram realizadas on-line com Solange Santana e Leandro Matozo, e presencialmente com Ana Carolina Haddad, todas com registro em áudio. Por se tratar de relatos de violência, optamos por entrevistas abertas, o que nos permitiu explorar melhor os elementos subjetivos em torno das explicações.

4 A pesquisa "Perfil do Jornalista 2021", organizada por pesquisadores da UFSC, demonstra que a crise da indústria da informação, com o fechamento de milhares de jornais em função da perda de recursos de publicidade para as big techs, resultou em demissões em massa de jornalistas e na precarização de relações trabalhistas. A pesquisa indica, via a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que os empregados formais de cargos como jornalista, editor, repórter, entre outros, retraiu 14% entre 2013 e 2016, com a perda de 6.749 postos formais de trabalho (LIMA *et al.*, 2022).

5 O termo "infodemia" tem sido associado pela Organização Mundial da Saúde e por diversos cientistas à superabundância de informações nos ecossistemas informacionais durante a pandemia de covid-19, algumas precisas, muitas incorretas e outras fraudulentas, o que dificulta a confiança e a tomada de decisões pelos públicos (GARCIA; DUARTE, 2020; POSETTI; BONTCHEVA, 2020).

6 A íntegra das entrevistas transcritas está disponível em: <https://bit.ly/3T0ZuR2>. Acesso em: 13 out. 2022.

Para a seleção dos entrevistados, buscamos encontrar personagens de diferentes campos do jornalismo, a fim de verificar se há elementos comuns e, portanto, mais sistêmicos de violência entre diferentes profissionais. Com isso chegamos em Ana, uma jovem jornalista de 26 anos que trabalha em um veículo da chamada “mídia alternativa”; Leandro, repórter cinematográfico de 34 anos, homem e trabalhador de um veículo da grande imprensa; e Solange, uma jornalista de 59 anos, militante e dirigente do sindicato da categoria. Perfis muito diferentes, mas que guardam em comum o fato de terem sido vítimas de violência enquanto atuavam como jornalistas.

Violência contra jornalistas no Brasil e em São Paulo: monitoramentos, resistências e relatos

Em abril de 2022 o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo lançou o “Pacto pelo fim da violência contra jornalistas e em defesa da liberdade de imprensa”. Até 15 de junho do mesmo ano, o documento já era assinado por mais de 40 pré-candidatos às eleições para as casas legislativas do estado e por Márcio França (PSB), pré-candidato ao governo. A motivação do documento foi o aumento dos números de agressões aos profissionais, além do período eleitoral de 2022 e suas consequências para a categoria.

A inquietação não é infundada. De acordo com os Relatórios de Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), desde 2018 essas violências aumentaram exponencialmente: enquanto em 2018 houve aumento de 36,36% em relação a 2017 (de 99 para 135 ocorrências), em 2019, esse percentual aumentou 54,07% (208 casos), tendo aumento de 105,77% (428 casos) em 2020. Em 2021, houve 430 ocorrências registradas, um recorde desde o início da série histórica relatada pela Fenaj em 1990. As categorias de violência contra jornalistas e a imprensa têm certa variação ao longo dos anos, o que demonstra sua diversificação. Podemos identificar esse aumento exponencial e diversificação em detalhes nos últimos quatro anos a partir da Tabela 1.

Tabela 1: Violências contra jornalistas, por tipo

Violências	2018	2019	2020	2021
Agressões físicas	33	15	32	26
Ameaças/intimidações	28	28	34	33
Agressões verbais ⁷	27	20	76	58
Impedimentos ao exercício profissional	19	10	14	7
Cerceamento por meios judiciais	10	5	16	15
Censuras	10	10	85	140
Violência contra organização sindical	3	2	6	8
Atentados	3	–	1	4
Prisões/detenções	1	–	–	–
Assassinatos	1	2	2	1
Descrédibilização da imprensa	–	114	152	131
Injúrias raciais/racismo	–	2	2	1
Ataques cibernéticos	–	2	6	4
Sequestro/cárcere privado	–	–	2	–
Total	135	208	428	430

Fonte: Autoria própria, com base em dados dos relatórios da Fenaj.

Quando analisamos categorias específicas, a primeira que salta aos olhos são as agressões verbais, categoria que em 2020 e 2021 se somou a ataques virtuais. O aumento de mais de 250% das ocorrências entre 2019 e 2020 se deve à profusão de ataques a jornalistas e a veículos feitas por Jair Bolsonaro, membros de seu governo e apoiadores, sobretudo em coberturas relacionadas às respostas do governo federal durante a pandemia de covid-19, e nas manifestações contrárias ao isolamento social e aos Poderes da República apoiadas pelo presidente. Os casos se alternam entre ataques presenciais e digitais, entre eles os conhecidos casos de agressão às jornalistas Patrícia Campos Mello, Bianca Santana e Vera Magalhães.

Outra categoria que chama atenção pelo aumento de 800% entre 2019 e 2020 é a de denúncias de censura. Nos relatos disponíveis no relatório de 2020, encontramos casos como demissões em empresas públicas de comunicação, como na TV Brasil e na Agência Brasil. Há também relatos de cortes de matérias e fotografias, além da instauração de novas dinâmicas censórias no trabalho dentro dessas emissoras, com avaliação de todas as peças por chefias antes da

7 Categoria renomeada para agressões verbais/ataques virtuais em 2020 e 2021.

publicação. Encontramos também censuras de órgãos públicos quanto à atividade jornalística, com intimações por órgãos como a Procuradoria-Geral da República, intimações via justiça requerida por governadores, além de censuras judiciais contra agências de checagem e agências de jornalismo sobre questões ambientais e direitos humanos, como a Amazônia Real e a Repórter Brasil. Notamos que em muitos desses casos é destacado o nome do juiz ou juíza que realizou a censura, sendo ausente a informação sobre quem fez o pedido, o que pode induzir à percepção de que o juiz é quem tem o interesse censório, e não o ator que moveu a ação. De todo modo, independentemente do mérito das ações, o que fica evidente é a reprodução de uma prática cada vez mais disseminada no Brasil, o assédio judicial, que é a instrumentalização do poder judiciário para ameaçar ou censurar o trabalho crítico da imprensa⁸.

Destacamos também que a criação da categoria “descredibilização da imprensa” a partir de 2019 é reflexo de um ataque mais geral, institucional e sistemático contra o jornalismo profissional promovido por Jair Bolsonaro ou por membros de seu governo e apoiadores. Além disso, enquanto entre 2000-2010 os dados dos relatórios da Fenaj indicavam policiais como os maiores agressores (ASTOLFI; SOUZA, 2012), hoje são claramente os políticos. O relatório de 2021 da Fenaj atesta: “A continuidade das violações à liberdade de imprensa no Brasil está claramente associada à ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República”. Não é para menos: Bolsonaro foi o maior agressor de profissionais da imprensa do período. Só em 2021 foi responsável por 147 casos denunciados (34,19% do total), sendo 129 episódios de descredibilização da imprensa (98,47%) e 18 de agressões verbais a jornalistas.

Tal comportamento levou Jair Bolsonaro a ser condenado em ação civil pública proposta pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo por dano moral coletivo à categoria dos jornalistas. A decisão, proferida pela juíza Tamara

8 Para conhecer mais sobre o problema do assédio judicial, indicamos um dossiê produzido pela Associação Profissional Jornalista (APJor), com diversos casos dessa natureza, disponível em: <https://bit.ly/3SUSXqR>. Indicamos também a reportagem “Quando a Justiça Cala: censura e perseguições a jornalistas”, produzida por estudantes de jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP e publicada em 25 de julho de 2022, disponível em: <https://bit.ly/3h0F9xS>.

Hochgreb Matos, da 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, foi publicada no dia 7 de junho de 2022, Dia Nacional da Liberdade de Imprensa. A condenação prevê o pagamento de multa de 100 mil reais, que serão revertidos ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos. Essa condenação é um claro sinal de que as violências de Bolsonaro contra jornalistas são violações não só contra a moralidade coletiva de uma categoria profissional, mas também contra a dignidade própria dos espaços sociais e de cidadania formados em torno da comunicação de interesse público⁹.

Agressões virtuais e nas ruas intensificadas por governos e desinformação

O aumento e diversificação das violências contra jornalistas está também ligado à expansão de violências digitais. O estudo “O impacto da desinformação e da violência política na internet contra jornalistas, comunicadoras e LGBTQ+” (ROMEY; BIANCONI, 2022), realizado pelas organizações Repórteres Sem Fronteiras e Gênero e Número, coletou dados de 237 jornalistas entre agosto e setembro de 2021 no Brasil. Em sua mostra, com maioria de mulheres brancas, cisgênero, sem filhos (43%) e da região Sudeste (56,5%), 50% revelam que já sofreram violência on-line, 63,8% receberam outros ataques relacionados e as ofensas se direcionaram à sua pessoa, ao seu trabalho e à sua família. Outros dados relevantes são que 19,4% relataram ter recebido ataques com conotação misógina ou sexual, e 15% desenvolveram algum tipo de problema de saúde mental em decorrência dos ataques sofridos.

Em relação à desinformação, vista pelo estudo como “disseminação de informações falsas, incorretas ou descontextualizadas para a população”, a percepção de 85,6% das jornalistas entrevistadas é de que a naturalização de ataques aos profissionais da imprensa é decorrente desse fenômeno. Além disso,

9 Na decisão, a juíza cita a obra “Dano Moral Coletivo”, de Medeiros Neto (LTr, 2007, p. 136), para afirmar que se trata de ofensa objetiva, pois é uma “lesão intolerável a direitos transindividuais titularizados por uma determinada coletividade, desvinculando-se, pois, a sua configuração da obrigatória presença e constatação de qualquer elemento referido a efeitos negativos, próprios da esfera da subjetividade, que venham a ser eventualmente apreendidos no plano coletivo (sentimento de desprezo; diminuição da estima; sensação de desvalor, de repulsa, de inferioridade, de menosprezo)” (SÃO PAULO, 2022, p. 11).

58,9% concordam totalmente com a afirmação de que “a desinformação tem causado uma perda de confiança na imprensa por parte da sociedade”.

O relatório da Fenaj já citado também identifica um crescimento de 280% das agressões verbais/ataques virtuais em 2020 em comparação ao ano anterior. Na apresentação do relatório, Maria José Braga, presidenta da Fenaj, assevera que “identificou-se 76 casos e, apesar do aumento expressivo, provavelmente muitos não foram registrados, já que nem todos os profissionais denunciam a agressão de que foram vítimas, especialmente quando se tratam de ataques virtuais”. Em 2021, os casos registrados dessa categoria caíram para 58, mas as dificuldades de monitoramento e uma possível “normalização” dessas violências nos leva a crer que o fenômeno, em verdade, só faz crescer.

É o caso de Ana Carolina Haddad, editora de redes sociais no Jornal Brasil de Fato, entrevistada para esta pesquisa. Ela nunca denunciou à entidade os ataques sofridos, no entanto, admite que prefere não ler os comentários. “É bem difícil. As pessoas saem do mérito profissional e partem para o pessoal. Por eu dar uma notícia que elas não concordam, não uma opinião, uma notícia, elas questionam minha capacidade profissional e até minha aparência”.

Por iniciativa do veículo em que trabalha, os comentários de caráter misógino ou de conteúdo de ódio são por padrão deletados das postagens de suas redes sociais. A jornalista relata que, apesar de sempre denunciar às plataformas, “nunca dá em nada”. De qualquer modo isso não a poupa dos danos sofridos: “por isso fechei todas as minhas redes sociais pessoais e profissionais e sou mais cautelosa com o que eu posto”. Para ela os danos são ainda maiores. “Essa violência acaba virando até um tipo de censura, pois você fica com medo de postar qualquer coisa. Eu me sinto censurada por isso”. Não é para menos, em junho de 2021, Ana sofreu uma agressão física: foi empurrada por uma manifestante bolsonarista ao cobrir um protesto em Campinas, interior de São Paulo.

Outro caso que destacamos das entrevistas para este artigo é o de Solange Santana, jornalista freelancer e atual dirigente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Como secretária de interior, é responsável por

acompanhar os profissionais que não atuam na grande São Paulo e, em 30 de abril de 2022, em uma atividade preparatória do 1º de maio em Santos, foi empurrada por um apoiador de Bolsonaro. Ela trajava uma camiseta do Sindicato. A jornalista caiu na rua e os ferimentos com sangue viralizaram nas redes naquele dia (Figura 1). Solange relata que, antes de ser agredida na rua, sofreu diversas agressões verbais e nas redes, no entanto nunca tomou nenhuma providência até então. A falta de estrutura financeira para judicializar todos os ataques virtuais é a razão apresentada por ela. Após a agressão física, contudo, abriu um Boletim de Ocorrência, e o caso agora é acompanhado pelo setor jurídico do Sindicato.

Para Santana, o ambiente de trabalho se tornou mais hostil por causa das mídias sociais “até porque boa parte do ambiente de trabalho está dentro da rede hoje em dia. A rede no meio jornalístico é fundamental”. Além disso, a dirigente acredita que o aumento dos casos de violência nas redes e nas ruas está ligado à sua “institucionalização” pelo presidente da República: “Eu acho que a violência está institucionalizada a partir do momento que o presidente da república, que é um chefe maior do Estado, agride jornalistas e a atividade jornalística”.



Figura 1: Ferimento Solange Santana

Fonte: Divulgação/SJSP.

Outro entrevistado, o repórter cinematográfico da GloboNews, Leandro Matozo, também teve seu caso viralizado nas mídias sociais após ser covardemente

agredido enquanto cobria a passagem do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no interior de São Paulo, em 12 de outubro de 2021. Matozo estava acompanhado do repórter Victor Ferreira. Os jornalistas se preparavam para fazer um link ao vivo para a emissora quando foram abordados pelo agressor, Gustavo Milsoni, professor da rede estadual. Este os insultou e ameaçou, dizendo: "Se eu pudesse eu matava vocês". Em seguida, Milsoni deu uma cabeçada no nariz de Matozo, que resultou em um sangramento (Figura 2). Toda a ação ocorreu diante de policiais militares que faziam a segurança do evento.

Matozo relatou que já havia sofrido ofensas nas redes e nas ruas antes, mas nada próximo da violência sofrida naquele dia. O repórter relata já ter sofrido diversas agressões verbais enquanto exercia seu trabalho: "O pessoal xinga a emissora e xinga a equipe, principalmente em época de eleições. O clima fica bem tenso". Ele diz que nunca denunciou essas violências, que preferia não retrucar, e, se a situação fosse muito hostil, decidia "abaixar a câmera e parar de filmar". Para ele, as redes sociais são boas e ruins por terem "dado voz a todo mundo", inclusive para aqueles que as usam para "ofender e insultar os outros". Ele sente que sim, o aumento da violência virtual corroborou para o aumento da violência nas ruas:

Elas [as pessoas] se identificam. A partir do momento que alguém tem um canal de vídeo e emite uma opinião e outras pessoas hostis se identificam com essa opinião, vai criando uma bolha gigantesca. E o resultado a gente vê na rua: aquele discurso de ódio que está atrás da tela passa a acontecer no dia a dia. (Leandro Matozo em entrevista para esta pesquisa)

Matozo também credita esse aumento da violência nas redes e nas ruas ao atual governo: "Acontece por causa de alguém que influencia um grande número de pessoas. A gente está vivendo em um governo que é hostil. A gente tem um presidente que insulta tudo e todos que se posicionam contra ele. Ele declara inimigos, que é o que o fascismo faz. Quem é diferente é inimigo. E esse discurso se reflete para toda uma cadeia de pessoas".



Figura 2: Ferimentos Leandro Matoso

Fonte: reprodução redes sociais.

Voltando ao Relatório de 2021 da Fenaj, dos 58 casos de agressões verbais/ataques virtuais relatados, 26 ocorreram em ambiente virtual, sendo que pelo menos duas vítimas precisaram bloquear suas redes sociais em função dos ataques. Pelo menos para duas jornalistas os ataques foram recorrentes e mais de 85% das agressões foram feitas por Jair Bolsonaro (28,6%) ou seus apoiadores (57,1%). Embora o Relatório traga um percentual de violência sofrida majoritariamente por homens (55,89%), no caso das agressões no meio digital, as mulheres são as maiores vítimas (60,7%). Os ataques, em sua maioria, se devem a conflitos entre ideologias políticas, e dos ataques virtuais levantados pelo relatório, 10,7% foram caracterizados como misóginos. Além disso, essas violências atravessam os espaços profissionais. Dos 58 ataques denunciados à Fenaj, 53% ocorreram nas páginas pessoais dos jornalistas, podendo ser em seus perfis, inbox ou por aplicativos de mensagem, e 71,4% ocorreram em redes de terceiros. Houve também uma ameaça de morte registrada e uma ameaça de agressão física. Mais de 60% dos casos ocorreram com profissionais trabalhadores de veículos da grande imprensa¹⁰.

10 Para visualização detalhada dos dados sobre os casos de agressão verbal/ataque virtual do Relatório da Fenaj, ver no seguinte link gráficos originais produzidos a partir dos dados: <https://bit.ly/3DoYdgB>.

Quando analisamos as violências contra jornalistas denunciadas entre junho de 2021 e junho de 2022 ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, identificamos que elas reproduzem de certa maneira os relatórios da Fenaj. Nesse período, o SJSP recebeu no período 30 denúncias, com mais de um caso de violência em algumas delas. Destas, somente quatro foram relatadas diretamente como “ataques virtuais”, sendo que três delas ocorreram junto a ameaças, ataques verbais e até uma tentativa de invasão de domicílio. As violências se somam: ao todo, foram 25 casos de violência física, 22 de violência verbal (6 deles sendo de violência verbal e física), 12 ameaças/intimidações, um caso de cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais, um caso de censura, um caso de desacreditização da imprensa, quatro impedimentos ao exercício profissional e um de violência contra a organização dos trabalhadores/sindical. Quanto à localização, 16 casos foram na capital, principalmente concentrados em dois dias de manifestações nas ruas, e 14 no interior¹¹. Chama atenção o alto índice de agressões verbais (73,3%) e físicas (36,7%), com sobreposições em alguns casos, além de reflexos de violência digital.

A recorrência de violências em coberturas de atos ligados ao presidente da República, por ele próprio, membros do governo ou apoiadores, é também marcante nesses relatos, o que indica que há grande conexão entre violência contra jornalistas e violência política, aqui entendida de forma ampla como violência motivada por disputas relacionadas ao interesse público, a exemplo dos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips em 5 de junho de 2022.

O papel das plataformas no combate à desinformação e à violência contra jornalistas

Quando pensamos na relação entre as violências contra jornalistas e o fenômeno da desinformação, não podemos esquecer do papel desempenhado

11 Para a listagem completa desses casos, seguida de gráficos divididos por tipos de agressão e local, ver: <https://bit.ly/3WiVvIv>.

pelas plataformas digitais. Afinal, as plataformas combatem, incentivam ou são negligentes com a desinformação e, conseqüentemente, com as violências contra jornalistas e a imprensa? A relevância das empresas de tecnologia digital no atual fluxo global de informações enfraqueceu o debate sobre serem meros condutores de mensagens ou responsáveis pelos conteúdos de terceiros que trafegam em seus espaços. Sua responsabilidade é proporcional ao seu poder de mídia, isto é, ao alcance e visibilidade de suas mídias e aplicações.

A plataforma mais mencionada em relação aos relatos de violência contra jornalistas é o Facebook, atualmente denominada Meta. De acordo com relatório trimestral do Facebook sobre a aplicação de seus Padrões de Comunidade, publicado em agosto de 2021 (COMMUNITY..., 2022), a remoção de conteúdos por discurso de ódio cresceu 40% em comparação ao segundo trimestre de 2020 – 31,5 milhões de postagens foram removidas entre abril e junho. O Instagram, outro braço da empresa, cresceu 206% na remoção desses conteúdos, com 9,8 milhões de itens removidos no segundo trimestre de 2021, 6,8 milhões a mais que no mesmo período de 2020 (HATE..., 2022). Outro índice relevante para o combate à desinformação, a derrubada de contas falsas – segundo a Meta, aquelas com intuito de violar suas políticas e causar dano ou ganho econômico –, teve queda de 1,7 para 1,6 bilhão entre o último trimestre de 2021 e o primeiro de 2022. Sua explicação é de que as flutuações desses índices estão ligadas às condições “altamente adversas desse espaço”, e que 100% dessas remoções são automatizadas. Para além disso, o que se consegue obter do relatório são tabelas pouco informativas, somente com listas de casos de cada uma das categorias de mensagens e ações monitoradas, sem mais informações ou links controlados para os conteúdos, por exemplo.

O que sabemos por outras fontes, no entanto, como os Facebook Papers, revelados por Francis Haugen, que visitou o Brasil em julho de 2022 para colaborar com discussões sobre o PL 2630/2020, há muitos vieses nesse combate à desinformação e aos discursos de ódio, como menor acompanhamento de países de língua não inglesa, e pouco investimento em funcionários humanos para realizar esse monitoramento, o que seria fundamental para diminuir esses vieses.

Do mesmo modo, entidades como o Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação, que reúne mais de 500 organizações em todo o Brasil, acreditam que o trabalho das plataformas está muito aquém do necessário para reverter esse quadro de crescente violência nas redes. Para o FNDC, a lógica do monopólio, conhecida nas empresas de telecomunicação, estende-se às plataformas digitais, o que acaba por favorecer a visibilidade aos discursos radicais, e, consequentemente, de ódio, dado que mobilizam emoções, e com isso, mais “engajamento”. Para a entidade, o cenário midiático de concentração e a não regulação da internet cria um ambiente propício para intolerância e desinformação. A falta de transparência e critérios democráticos na moderação dos conteúdos dessas plataformas é um dos principais problemas que tornam esses espaços propícios à disseminação não apenas do discurso de ódio, mas também da desinformação (BIANCHI, 2020).

Renata Mielli, ex-coordenadora geral do FNDC, membra do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e da Coalizão Direitos na Rede e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da USP, denunciou no artigo “Big Techs espalham mentiras contra o PL das fake news e regulação de suas atividades”, publicado em 21 de março de 2022, que na fase final de debates e às vésperas da possível votação do PL 2630/2020 na Câmara dos Deputados, o projeto sofria com ataques sob a forma de conteúdos de desinformação. Os propagadores? Facebook, Google e cia. “O que elas temem? O que as desagrada tanto?” indagou Mielle no artigo.

Em todos os países que enfrentaram essa agenda, as Big Techs usaram seu poder para tentar impedir que leis fossem aprovadas e aplicadas. Fizeram de tudo: campanhas baseadas em distorção de informações e dados, e até ameaças de deixar de ofertar seus serviços. Isso aconteceu na Austrália, na Espanha, na França e está acontecendo agora no Brasil. Em 3 de março, o Facebook veiculou propaganda em jornais de grande circulação nacional com o título: “O PL das Fake News deveria combater Fake News. E não a lanchonete do seu bairro”. No dia 11, foi a vez de o Google soltar uma nota dizendo que se aprovado, o PL vai modificar a internet como você conhece. No dia 14, o Google colocou na sua página inicial, um link para a nota, de forma que todos os usuários que fizeram uma busca neste dia entraram em contato com a visão alarmista da empresa sobre o projeto. (MIELLI, 2022)

Esses fatos revelam uma atuação das plataformas para além dos espaços comunicativos de interesse público, e sim, de atores políticos altamente interessados. A questão de fundo é que, embora as plataformas tenham iniciativas para combater a desinformação e os discursos de ódio, a verdade é que o índice de envolvimento que essas mensagens geram nos públicos as tornam parte de um modelo de negócio muito lucrativo. No chamado capitalismo de plataforma, a disseminação de violência, conteúdo de ódio e desinformação são engrenagens necessárias para garantir lucros. Isso porque na atual fase do capitalismo os dados valem mais do que a informação. Para Srnicek (2018, p. 41), os dados “podem implicar conhecimento, mas não é uma condição necessária”, já que não vêm prontos: precisam ser limpos e organizados para fazer sentido, o que significa que o tratamento de dados requer infraestrutura e trabalho para que seja realizado corretamente.

O que são plataformas? No nível mais geral, as plataformas são infraestruturas digitais que permitem a interação de dois ou mais grupos. Desta forma, eles se posicionam como intermediários que reúnem diferentes usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, distribuidores e até objetos físicos. (SRNICEK, 2018, p. 45, tradução nossa)

Para Farkas e Should (2020), outros autores que tratam do tema, populistas de extrema direita ao redor do mundo, como Donald Trump, usam as redes sociais como ecossistema favorável para que agentes sociais, militantes ou cidadãos comuns encontrem um ambiente propício para encontrar pares e disseminar suas ideias. Essa tese é reafirmada também por Krämer (2017, p. 14, tradução nossa), que defende que a internet funciona, ao mesmo tempo, como estratégia e mensagem do populismo de direita contemporâneo: “a Internet pode contribuir para a formação de uma rede internacional de movimentos populistas de direita que se tornaram cada vez mais eficazes, e talvez também mais radicais e violentos”¹².

12 No original: “the Internet may contribute to the formation of an international network of right-wing populist movements that have become increasingly effective, and maybe also more radical and violent”.

Essa estratégia do populismo de direita acaba sendo indiretamente estimulada por empresas como Meta e Google, dado que seu modelo de remuneração e direcionamento tem por base os perfis dos usuários e seu potencial de engajamento com os conteúdos. É o que Bakir e McStay (2018, p. 154, tradução nossa) explicam a partir da chamada “economia das emoções”:

Nós argumentamos que, no fundo, o problema das notícias falsas diz respeito à economia da emoção: especificamente, como as emoções são aproveitadas para gerar atenção e tempo de visualização, o que se converte em receita de publicidade. Destacamos ainda os incentivos econômicos e políticos para produzir notícias falsas automatizadas que reagem ao que chamamos de ‘sentimento de companheirismo’ on-line, ou comportamento emocional de grupo nas redes sociais.

O mesmo pode se dizer da violência digital e institucional contra jornalistas e sua reverberação digital, que estão intimamente ligadas à atenção de potenciais eleitores.

Conclusões: raízes da violência digital contra jornalistas no Brasil e políticas públicas

Apesar de hoje as plataformas digitais terem papel fundamental no presente estado de coisas, seus modelos de funcionamento não esgotam todas as explicações para a desinformação e o aumento da violência aos profissionais de imprensa no Brasil e no mundo. Embora a tecnologia e as lógicas do mercado movido pela economia das emoções impulsionem esse cenário de modo global, ele é intrínseco à história política de cada país, e tende a se fortalecer na medida da fragilidade de suas culturas políticas e instituições democráticas.

No caso do Brasil, podemos dizer que a situação atual tem vínculo com um passado que “nem passado é ainda” (PINHEIRO, 1996). Em entrevista à Rádio USP em dezembro de 2020, a professora Daniela Osvald Ramos, da ECA-USP e do Núcleo de Estudos da Violência da USP, relata como a violência contra profissionais da imprensa é também uma herança da ditadura militar:

Durante os anos 80, 90 e 2000, continuaram a acontecer assassinatos e retaliações a jornalistas de cidades mais afastadas, que são independentes

ou que não têm uma empresa por trás deles, com setores jurídicos, como nos grandes centros. Nas pequenas cidades, existe uma maior identificação de jornalistas que trabalham e denunciam abusos e logo sofrem retaliação, e isso está muito relacionado à cobertura da corrupção local ou da ocupação de terras, que são problemas históricos no país. (RAMOS *apud* MILITÃO, 2020)

É nesse sentido que podemos sugerir que a atual escalada da violência contra jornalistas no Brasil, coetânea e associada ao fenômeno da desinformação, faz parte de um fenômeno estrutural de diversas camadas, o que o teórico Galtung (1990) denomina “violência cultural”. Ou seja, esse fenômeno guarda aspectos da cultura, da esfera simbólica, como religião, ideologia e linguagem, das artes e das ciências, e que são mobilizadas e potencializadas via tecnologias sociais para justificar ou legitimar uma violência estrutural.

E, quando estamos tratando de fenômenos de violência direta, mas que guardam dimensões estruturais, precisamos pensar em políticas públicas, como as de monitoramento, para avançar em pesquisas e levantamento de dados sobre violência contra jornalistas e desinformação, bem como políticas de defesa e promoção da comunicação social como um todo e seus direitos, o que inclui os direitos individuais dos profissionais e dos cidadãos, bem como seus direitos transindividuais à informação e à comunicação de interesse público.

Nesse sentido, são fundamentais os programas de proteção e apoio a jornalistas e ao jornalismo de interesse público, mas esse trabalho não pode ser feito somente por entidades profissionais, não governamentais ou internacionais, como identificamos em iniciativas do Instituto Vladimir Herzog no Brasil, com a Rede Nacional de Proteção a Jornalistas e Comunicadores, a Repórteres Sem Fronteiras (SOB..., 2022), e até mesmo da Unesco (JOURNALISM..., 2022). Os próprios Estados nacionais são responsáveis pela proteção de jornalistas e comunicadores, e pela garantia da comunicação de interesse público.

As plataformas, por sua vez, seguem sendo uma caixa de pandora no que diz respeito a isso. Sem regulamentação, liberam as informações que lhes são convenientes e que não comprometem seu modelo de negócio. “A internet virou

um ambiente mais violento e as empresas não conseguem e não têm interesse em acompanhar”, disse Ana Carolina Haddad em entrevista para esta pesquisa. Não poderia estar mais certa, já que essas empresas lucram, e muito, com esse modelo. Ao contrário, as plataformas deveriam realizar um monitoramento fino e alinhado com agências estatais e sociais responsáveis por enfrentar as violências contra jornalistas e contra a comunicação, sem o que não poderão dizer que detêm a responsabilidade e a legitimidade necessárias para atuar em regimes democráticos¹³.

Sem que entendamos a violência contra jornalistas como parte de um fenômeno amplo da desinformação, como violência estrutural contra a informação e a comunicação de interesse público, continuaremos a ver somente parte do problema, e não construiremos caminhos sólidos para enfrentá-lo.

Referências

ASTOLFI, R. C.; SOUZA, A. Violações à liberdade de imprensa no Brasil (2000-2010). In: POSSAS, M. T. (org.). *5º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2001-2010)*. São Paulo: NEV-USP, 2012. p. 174-179.

BAKIR, V.; MCSTAY, A. Fake news and the economy of emotions: problems, causes, solutions. *Digital Journalism*, Oxford, v. 6, n. 2, p. 154-175, 2018.

BIANCHI, F. Lógica do monopólio se estende às plataformas digitais e turbina discurso de ódio. *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, São Paulo, 14 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3y3zvkm>. Acesso em: 14 set. 2022.

13 No texto “Responsabilidade Algorítmica, personalidade eletrônica e democracia” o sociólogo e professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), Silveira (2020), cita a urgência não só da regulamentação das plataformas, mas também de uma auditoria de seus algoritmos. Uma vez que cadeias de tomada de decisões dos algoritmos de grandes plataformas não podem ser auditáveis – talvez nem mesmo por elas próprias –, essas plataformas não poderiam ter contratos com o poder público ou prestar serviços de relevância pública. Para o professor, pior que a censura pública é a censura privada, porque com ela não é possível termos acesso às regras, é uma censura algoritma imposta pelas redes.

BLOTTA, V. Brasil: a mordida do ouroboro. *Infoamérica*: Revista Iberoamericana de Comunicación, Málaga, p. 9-21, out. 2016.

COMMUNITY Standards Enforcement Report. *Transparency Center*: Meta, Califórnia, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3foYFDD>. Acesso em: 1 nov. 2022.

FARKAS, J.; SHOULD, J. *Post-truth, fake news and democracy*: mapping de politics of falsehoods. Oxford: Routledge, 2020.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World 2022: The Global Expansion of Authoritarian Rule. Washington, DC, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3gpKPS1>. Acesso em: 16 nov. 2022.

GALTUNG, J. Cultural violence. *Journal of Peace Reserch*, Califórnia, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GARCIA, L. P.; DUARTE, E. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a Covid-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, DF, v. 29, n. 4, p. 1-4, 2020.

HATE Speech. *Transparency center*: Meta, Califórnia, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Nxa7K3>. Acesso em: 1 nov. 2022.

JOURNALISM is a public good: world trends in freedom of expression and media development, Global Report 2021/2022. Paris: Unesco, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3TU5yM6>. Acesso em: 14 set. 2022.

KRÄMER, B. Populist online practices: the function of the internet in right-wing populism. *Information, Communication & Society*, Oxford, v. 20, n. 9, p. 1293-1309, 2017.

LIMA, S. P. *et al.* *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. Florianópolis: Quórum Comunicações, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3UbRQnF>. Acesso em: 14 set. 2022.

MILITÃO, B. Agressões a jornalistas fazem parte de quadro mais amplo de intolerância. *Jornal da USP*, São Paulo, 10 dez. 2020. Disponível em <https://bit.ly/3HzU7nD>. Acesso em: 19 jun. 2022.

PINHEIRO, P. S. Prefácio. In: DIMENSTEIN, G. *Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. *Disinfodemic: Deciphering Covid-19 Disinformation*. Policy Brief 1. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Oq98vz>. Acesso em: 14 set. 2022.

ROMEU, A.; BIANCONI, G. *O impacto da desinformação e da violência política na internet contra jornalistas, comunicadoras e LGBTQ+*. [S. l.]; Paris: Gênero e Número; Repórteres Sem Fronteiras, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Dqpijs>. Acesso em: 14 set. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *Processo digital nº 1033741-73.2021.8.26.0100*. Ação Civil Pública (Indenização por dano moral). Requerentes: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Requerido: Jair Messias Bolsonaro. Juíza: Tamara Hochgreb Matos. São Paulo: TJSP, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3WlbGyN>. Acesso em: 1 nov. 2022.

SILVEIRA, S. A. Responsabilidade algorítmica, personalidade eletrônica e democracia. *Revista Eptic*, São Cristóvão, SE, v. 22, n. 2, p. 83-96, 2020.

SOB risco: como superar as falhas dos programas de proteção a jornalistas na América Latina (Brasil, Colômbia, Honduras, México). Paris: Repórteres Sem Fronteiras, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3DhV95O>. Acesso em: 14 set. 2022.

MIELLI, R. Big Techs espalham mentiras contra PL das fake news e regulação de suas atividades. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3y68Y6i>. Acesso em: 14 set. 2022.

SRNICEK, N. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018.

WARDLE, C.; DERA KHSHAN, H. *Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making*. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.

submetido em: 21 set. 2022 | aprovado em: 07 out. 2022